PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

A.A.S.-65 M E M O R A N D O

Para: Senhora Secretária de Estado Adjunta

De: Margarida Coelho

Data: 31.10.79

Assunto: "Renovação Urbana - o caso especial do Barredo-Ribeira na cidade do Porto"

1 - Introdução - Referências gerais

Fundação Cuidar o Futuro

2 - Análise das experiências portuguesas

3 - A situação actual

4 - Anexo

1. Introdução - Referências gerais

Já é hoje (quase) do domínio público o interesse que todas as organizações internacionais (UNESCO, Conselho da Europa, Nações Unidas, OCDE, etc.) atribuem aos trabalhos apelidados de "renovação urbana" e que são essencialmente a defesa do património cultural (nos seus aspectos: natureza física, do ambiente e natureza construída pelo homem, desse mesmo ambiente).

Dentro deste quadro existem dois grandes campos de acção:

- defesa dos centros históricos das cidades;
- e defesa do património rural.

Fundação Cuidar o Futuro

A evolução que tem vindo a sentir-se do que são valores a preservar no caso do património edificado, está bem patente na evolução mesma, dos documentos internacionais assinados por numerosos países:

1931 - Carta de Atenas
(dedicado ao monumento)

1966 - Carta de Veneza
(monumentos e sítios)

1978 - Carta de Veneza - texto revisto
(conjuntos arquitecturais e paisagisticos)

Os artigos deste último documento, a que faço referência neste texto, incluo-os em anexo (artº 14º a 19º).

As razões que me levaram a escrever este memorando são, em síntese, três:

a) a visita próxima da Senhora Primeira Ministra ao Porto;

b) a paralização total da operação do Barredo-Ribeira, com graves prejuízos sociais para os habitantes, operários das empresas adjudicatárias das obras e todos os Portugueses em geral (com o corte desta experiência em renovação urbana);

c) a urgente necessidade de encarar a "renovação urbana e rural " como uma das linhas de actuação dentro de uma "política de habitação" (no sentido amplo), que urge definir claramente, na prática, visto constar do programa do V Governo.

Fundação Cuidar o Futuro

Estou certa que a preocupação que exprimo aqui se encontra dentro das atribuições de uma Adjunta para os Assuntos Sociais, visto se enquadrar plenamente dentro desta àrea, embora se interligue,por um lado com a Ârea Cultural e por outro com a Ârea Económica.

Relativamente à próxima visita ao Porto, só gostaria de chamar a atenção para a expectativa popular que está a criar, tornando-se quase já a última esperança das camadas mais desfavorecidas da população do Porto, que engloba bem metade da sua população.

2. Análise das experiências Portuguesas

2.1 - A renovação do Barredo-Ribeira

Em Setembro de 1974, foi criado o Comissariado do Barredo-Ribeira, por um Despacho Conjunto MAI (Costa Brás) e SEH (Nuno Portas). Anteriormente, por diversas vezes tinham sido feitos vários estudos técnicos, sem soluções de saída administrativa-financeira.

Esta intervenção do Governo Central, numa zona da cidade do Porto, teve uma evolução no sentido duma progressiva e maior articulação com o Poder Local, tendo chegado a uma fase de um Protocolo de Acordo, assinado por ambas as partes.

Fundação Cuidar o Futuro

Com a saída da Lei das Finanças Locais e sobretudo com a Lei das Competências das Autarquias (não publicada, por ter sido considerada anti-constitucional, mas que para alguns sectores de opinião, continua a ser um documento orientador) toda a responsabilidade passou só para a Autarquia. Interpretação errada, mesmo face às referidas Leis, mas que originou cortes de verbas e paralizações das obras em curso.

Até à data, cerca de 100 fogos foram recuperados em condições técnicas extremamente complicadas, por vezes, como poderá ser visto no local (ruas muito estreitas: prédios em altura, com vários pisos; estado extremo de degradação; edifícios sobreocupados, etc.).

Entretanto, esta operação começou a ser conhecida no estrangeiro, quer pelo número de estrangeiros (técnicos e políticos) que a visitaram, quer porque já foi objecto de comunicações apresentadas a congressos internacionais.

Para o nosso país foi, pelas suas características geográficas, históricas, sociológicas e técnicas, uma intervenção-tipo, que dinamizou outros embriões de Renovação Urbana. Sem a experiência do Barredo não teriam sido possível declarar "àrea crítica de recuperação e reconversão urbanistica" os centros históricos de Lamego, Guimarães, Braga e Amarante, em Maio de 1979.

Fundação Cuidar o Futuro

Mas pioneira, porquê?

Voltando ao texto mais recente da Carta de Veneza, pode de uma forma directa, encontrar-se a aplicação prática dos princípios teóricos aí enunciados.

"Conservar a vida, a unidade e a continuidade das comunidades humanas urbanas... um valor urbanístico e arquitectural... testemunho duma estrutura política, social, económica ou cultural" (artº 14º), são razões de base que sempre estiveram presentes em todos os estudos técnicos sobre o Barredo.

Mas já quanto ao enquadramento dado ao "direito ao lo-

cal" das populações residentes e ao ter ensaiado formas democráticas de deslocar as populações excedentárias, tornou-se a experiência do Comissariado do Barredo, em certa medida, pioneira (dado que a experiência do SAAL, foi cortada a meio deste seu percurso). E cabe aqui lembrar o "...respeito dos direitos adquiridos pela população do local, para a qual a estrutura física do lugar é o suporte muitas vezes indispensável às suas actividades económicas e às suas relações sociais" (artº 15º).

Estas características da experiência conduziram "a equipa técnica e administrativa a sediar-se na área, sujeitando-se assim a uma interactuação global com a problemática local, o que é um esplêndido exemplo de descon-
centração com responsabilização quotidiana perante as populações", segundo palavras dum técnico que viveu no quotidiano estes problemas.

Fundação Cuidar o Futuro

No artº 16º da Carta de Veneza, "a salvaguarda e a reabilitação...não pode ser assegurada que por uma integração viva no quadro físico da vida social...presença necessária do passado como factor de identidade e de cultura...", aspectos que o trabalho realizado no local, e interligando-o com o outro local para onde foi deslocada parte da população, é um dos aspectos inovadores.

Mas esta operação conduziu os técnicos e operários da construção civil das empresas às quais as obras estão adjudicadas, a considerar modos diferentes de trabalhar em relação aos tradicionais, tendo sido ensaiadas técnicas de construção diferentes das usuais e a adaptação de espaços.

Um dos aspectos sempre focados por quantos não apoiam este tipo de operações,é que são obras caras,incomportáveis para um país pobre, como Portugal. Embora "os trabalhos de salvaguarda...tendo todavia de ter em conta a dimensão económica que a sua execução comporta" (artº 17º), a verdade é que já existem valores numéricos compilados elucidativos e se for considerada uma zona como um conjunto (um prédio mais caro (por razões técnicas) é equilibrado por um mais barato) o que origina médias de custos perfeitamente equiparáveis às construções novas, isto sem entrar em linha de conta com todas as outras vantagens, que uma operação destas envolve, muito especialmente em custos sócio-culturais.

Fundação Cuidar o Futuro

Dispenso-me de citar os artº 18º e o 19º que englobam toda a filosofia que deve estar subjacente a qualquer programa de Renovação Urbana do ponto de vista urbanístico e que foram referidos por diversas vezes desde 1974, em discussões técnicas, quer no SAAL, quer no Barredo,(e outros locais) mas para o qual é necessário

urgentemente educar os quadros técnicos-políticos deste país, quer a nível local, quer a nível central.

O que deixo dito, já justifica largamente o interesse nacional e internacional, desta experiência.

2.2 - Todas as demais que conheço, em detalhe, tornariam longo este Memorando pelo que só as enuncio:

- a experiência do processo SAAL
- a renovação urbana de Óbidos
- os centros históricos de:

Lamego - D.Regulamentar nº 23/79 de 21 de Maio (e o estudo realizado em 1977/78).

Guimarães - D.Regulamentar nº 24/79 de 22 de Maio.

Braga - D.Regulamentar nº 25/79 de 23 de Maio.

Amarante - D.Regulamentar nº 28/79 de 25 de Maio

- todo o Programa PRID (Programa de Renovação de Imóveis Degradados)
- outros locais na zona centro sobre os quais começou a serem feitos estudos técnicos que pararam em 1977-78 (Montemor-o-Velho, Viseu, Guarda, Castelo Mendo, Covilhã, etc.)

Fundação Cuidar o Futuro

Dispenso-me aqui de inumerar toda a legislação que existe em Portugal (mais que suficiente) para suporte destes trabalhos e que apresentei no curso que fiz em Brugge em 1978-79.

Existem ainda experiências levadas a cabo pela D.G. dos Monumentos Nacionais, pela Comissão do Ambiente e talvez por outros organismos mais.

3. A situação actual

Paralisação total de todas as iniciativas

Fundação Cuidar o Futuro

- porque se desconhece quem é responsável;
- porque se desconhece quem financia;
- porque existe um desinteresse dos serviços públicos para este problema.

Às forças conservadoras (quer a nível da administração local quer a nível da administração central) experiências com este dinamismo, incomoda - são disso exemplo até afirmações públicas de alguns responsáveis na matéria.

Para lá deste aspecto, de mentalidade ultrapassada, mesmo em comparação com as forças conservadoras de todos os outros países, existe a necessidade que o OGE/80 contemple estes programas.

E muito especialmente em operações desta envergadura (sócio-cultural e económico-financeiro) deveria ser aberta uma dis

cussão e tomada uma posição clara sobre se:

- a renovação urbana deve ou não passar exclusivamente para a alçada das Autarquias-locais?
- e quais alternativas e implicações que daí virão?

Em conclusão encontro-me na melhor das posições pela experiência profissional que tenho tido e pela especialização que fiz em 1978-79, para dar o meu Parecer sobre tal matéria se isso for julgado conveniente.

Fundação Cuidar o Futuro

No caso concreto do Porto, faço um apelo, para que as obras do Barredo prossigam e as operações SAAL recomecem.

Margarida Coelho

Fundação Cuidar o Futuro

Art. 13. Les adjonctions à un monument ou à un site rendues nécessaires par l'usage sont admises pour autant qu'elles en respectent l'intégrité, le cadre traditionnel, l'équilibre de sa composition et ses relations avec le milieu environnant.

Les ensembles traditionnelsurbains et ruraux.

Art. 14. La sauvegarde et la réhabilitation des ensembles traditionnels visent en particulier, à conserver la vie, l'unité et la continuité des établissements humains urbains et ruraux revêtus d'une valeur urbanistique et architecturale particulière, portant témoignage d'une structure politique, sociale, économique ou culturelle. A cette fin on y maintiendra ou on y réintroduira une fonction utile à la société compatible avec sa structure et la nature des bâtiments et des sites qui les composent.

Art. 15. Tout en assurant le libre accès à l'habitat dans les villes, quartiers et villages historiques, une attention particulière doit être portée au respect des droits acquis par la population en place pour laquelle la structure physique du lieu est le support souvent indispensable à ses activités économiques et à ses relations sociales.

Fundação Cuidar o Futuro

Art. 16. La sauvegarde et la réhabilitation des ensembles traditionnels, ne peut être assurée que par une intégration vivante dans le cadre physique de la vie sociale auquel elle apporte la présence nécessaire du passé en tant que facteur d'identité et de culture et de garant de la diversité indispensable de l'environnement bâti.

Art. 17. Les travaux de sauvegarde exécutés dans les ensembles traditionnels doivent s'inspirer des principes énoncés dans les articles précédents, traitant de la conservation et de la restauration, tout en tenant compte de la dimension économique que leur exécution comporte.

Art. 18. La sauvegarde des ensembles traditionnels n'est efficace et ne doit donc se concevoir que dans le cadre des programmes généraux d'aménagement du territoire et des plans régionaux et locaux d'aménagement et d'urbanisme. Elle en constitue une part essentielle que l'unicité de sa substanc irremplaçable par des valeurs identiques une fois détruite, revêt d'une valeur prioritaire.

Art. 19. L'assainissement et l'adaptation des structures urbaines et de l'habitat des ensembles traditionnels aux besoins de la vie moderne doivent être conçus et exécutés dans le respect de leur structures historiques et de leurs caractéristiques spatiales et architecturales. Elles ne peuvent donc altérer ni les proportions, ni l'échelle, ni le rythme des rues et des places, ni la composition, ni la structure, les matéria ou les éléments caractéristiques de l'architecture des immeubles.

Ruines et fouilles.

Fundação Cuidar o Futuro

Art. 20. L'aménagement des ruines et des fouilles doit être conçu de manière à respecter de façon absolue l'authenticité des éléments conservés ou mis à jour. Les compléments nécessair à leur sauvegarde ou leur compréhension seront facilement identifiables afin de ne pas dénaturer la valeur du témoigna ge artistique et historique qu'elle porte.
Tout travail de reconstruction doit être exclu. L'anastylos des parties écroulées sera envisagée lorsque l'abondance ou la nature des matériaux conservés le permettent et que aucun doute ne subsiste ni sur la composition architectu- rale du monument, ni sur l'emplacement dans l'oeuvre des matériaux démembrés. Les éléments nouveaux nécessaires à la stabilité de la structure ou à la continuité des formes seront réduits au minimum nécessaire et exécutés en un matériau aisément reconnaissable.

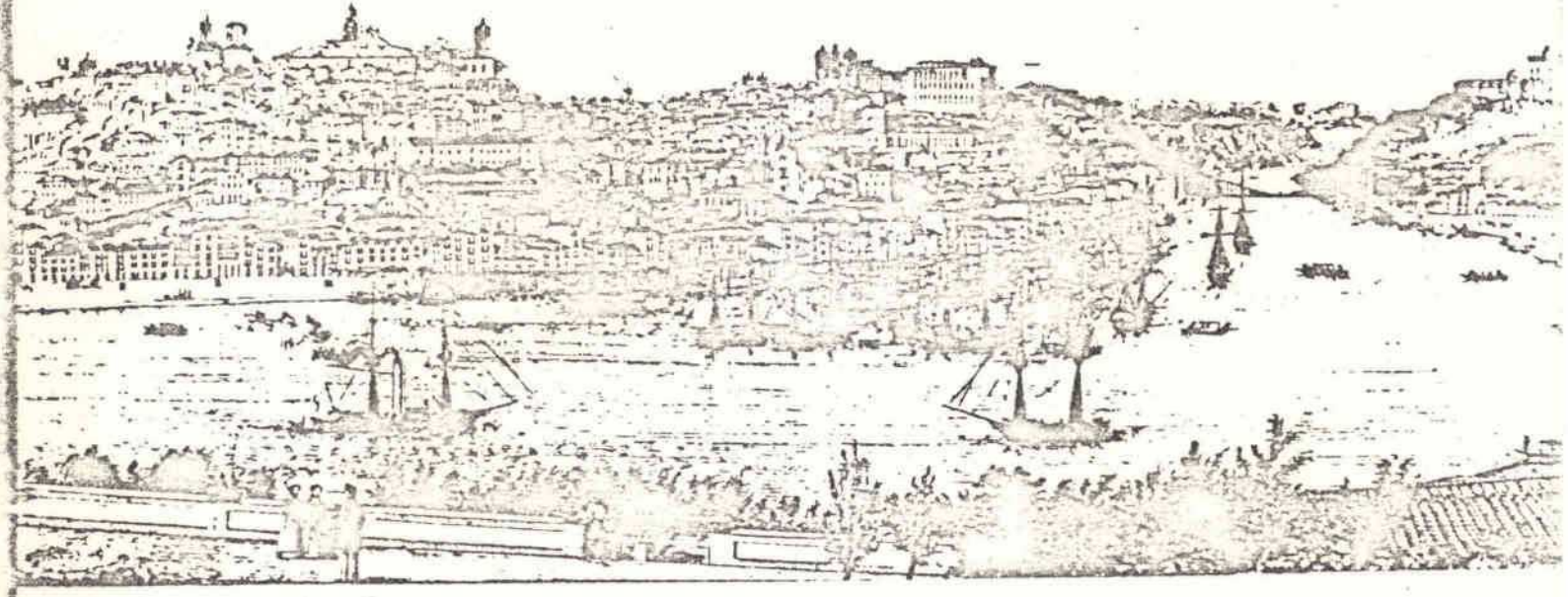
ANEXO-2

1

PORTO PORTUGAL

CRUARB

Fundação Cuidar o Futuro



COMISSARIADO PARA A RENOVAÇÃO URBANA DA ÁREA RIBEIRA-BARREDO

A Operação Barredo - uma operação de renovação no Centro Histórico da Cidade do Porto.

O Centro Histórico do Porto é um aglomerado urbano de grande valor histórico, artístico, cultural e arquitectónico confinado na sua maior parte à linha de muralhas do século XIV.

Ponto geográfico importante, local favoravelmente exposto ao quadrante sul, junto de um grande rio, a curta distância do mar, sempre se ofereceu como terreno atraente à fixação de populações desdes idades pré-históricas.

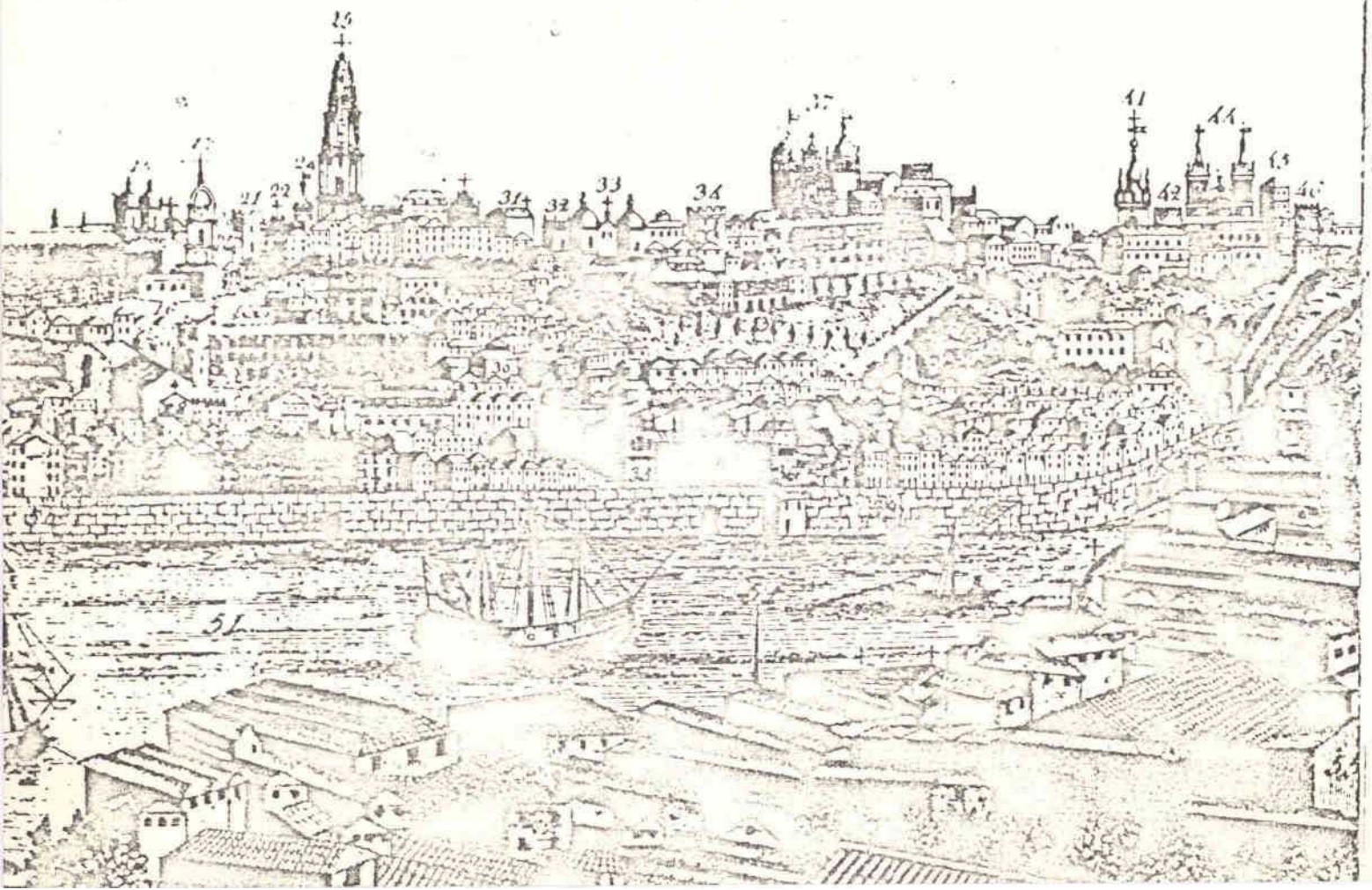
Convém ao Império Romano como cruzamento de vias - fluvial e marítima - e como ponto de paragem da Via Litoral.

Constitui fortificação importante para povos bárbaros que aí se fixam no século V e nos finais do século XI esta cidade confunde o sen destino com o nascimento de Portugal, de que será durante perto de um século a capital.

Dois pequenos pólos urbanos caracterizam a sua história ao longo dos tempos: um pequeno aglomerado abrigado nas muralhas, em volta de um edifício de caracter religioso - hoje a Catedral - e no ponto topograficamente mais elevado. Junto ao rio, o cais de embarque e desembarque de mercadorias, o centro piscatório, o ponto de atravessamento para a outra margem.

Uma primeira expansão conduz à construção de um novo perímetro de muralhas (1374) que vem ligar e defender estes dois pólos de crescimento urbano contendo em si um aglomerado de fisionomia medieval cuja importância é crescente em todo o território e durante toda a Idade Média.

Fundação Cuidar o Futuro



Até meados do século XVIII a Cidade está praticamente confinada ao perímetro dessas muralhas e aos pequenos aglomerados que se desenvolvem ao longo das estradas de ligação a outras povoações do Norte, assim como junto do rio quer no sentido da Nascente quer no sentido da Foz.

Com o desenvolvimento do Comércio do Vinho do Porto, a cidade tem um rápido crescimento, desenvolvendo-se um primeiro anel concêntrico às muralhas.

É neste período, segunda metade do século XVIII, correspondendo ao "iluminismo do Marquês de Pombal" no Porto, representado pelos Almadas, que a cidade é marcada pela construção de importantes edifícios e arranjos urbanos ainda hoje os monumentos mais característicos da cidade.

De assinalar os belos edifícios do Barroco e do Neo-Clássico Português, as obras primas de Nasoni e John Whithead.

O princípio do século XIX é um período de grande agitação social e política - a revolução liberal, a guerra civil e as revoltas populares e a Invasão Francesa vem encontrar no Porto a sua resistência maior.

A cidade rompe então com a muralha medieval, desenvolve-se novo anel concêntrico, nascem zonas periféricas, o Centro desloca-se da beira-rio - Praça da Ribeira - para a Praça da Liberdade.

Fundação Cuidar o Futuro

Com a importância crescente dos transportes terrestres constrói-se a famosa obra de engenharia do ferro a Ponte de D. Maria do engenheiro Gustavo Eiffell que cumpre de forma notável a função de ligação ferroviária entre as duas margens - 1875.

Outras construções em ferro marcam essa época: o Mercado da Fruta, o Palácio de Cristal (infelizmente demolido) e a Ponte de D. Luís.

Os transportes fluviais e marítimos, uma das bases da riqueza comercial do Porto, desenvolvem-se fazendo surgir as companhias de navegação, a Nova Alfândega e o Porto de Mar.

Alargam-se e constroem-se ruas e estradas, criam-se os transportes colectivos, constrói-se o Palácio da Bolsa, sede da poderosa Associação dos Comerciantes.

No entanto, se é nesta época que a cidade adquire esses grandes edifícios, bem como todo o conjunto de edificações características do século XIX e que ainda hoje constituem a fisionomia da cidade, tem como contrapartida a atracção das populações rurais em busca de trabalho nas oficinas e fábricas - o crescimento da crise do alojamento, com todo o conjunto de consequências que lhe são inerentes: a falta de higiene e as grandes epidemias, a sobreocupação, a degradação, etc.

Ao longo do século XX, após a intervenção do Fascismo, a Cidade do Porto vai sofrer, gradualmente, uma alteração na sua estrutura económica e social. De cidade industrial que era nos finais do século passado e nos princípios deste século, vai transformar-se progressivamente numa cidade de serviços.

As populações mais desfavorecidas são progressivamente empurradas para as freguesias periféricas e desenvolvem-se os concelhos limítrofes.

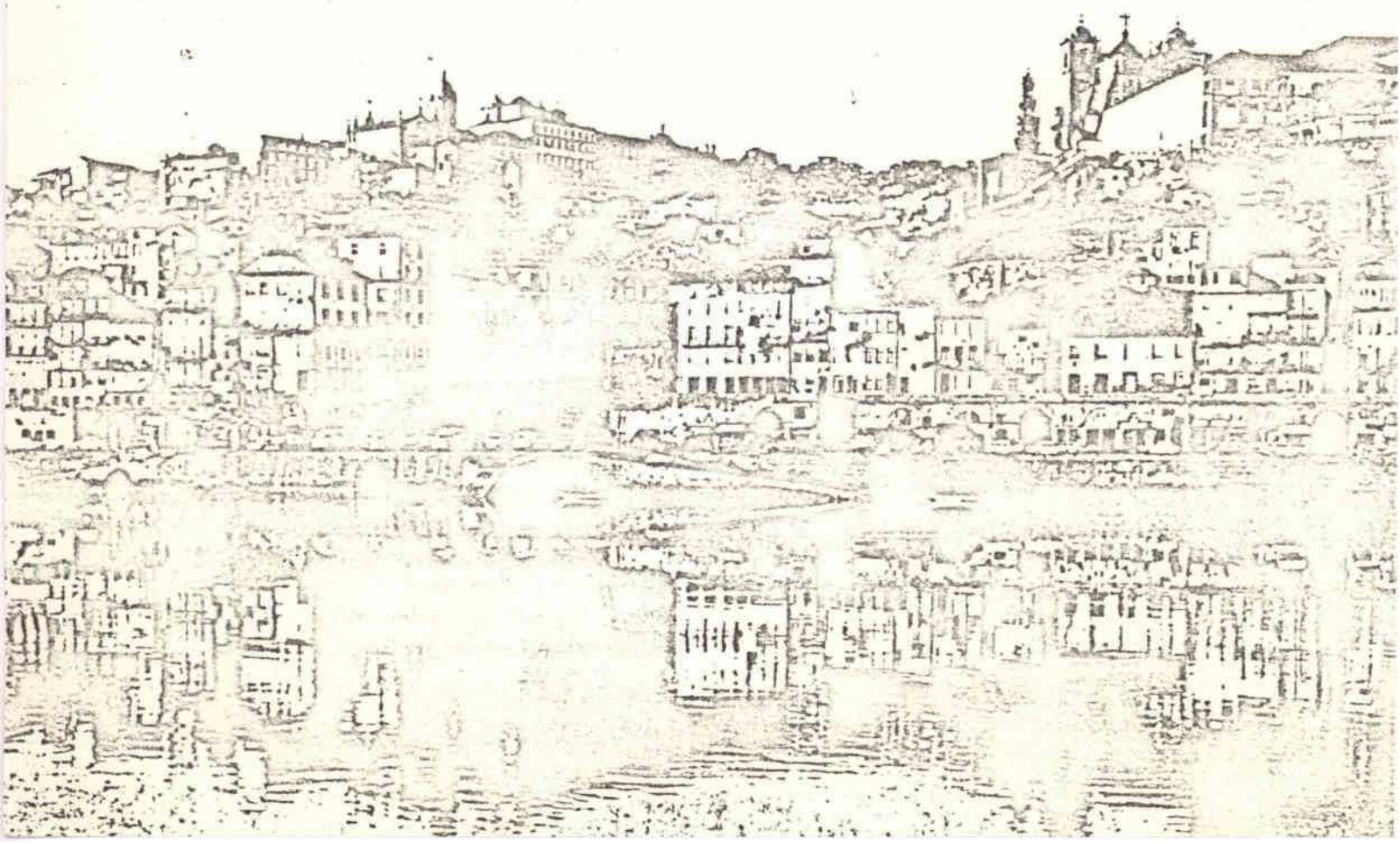
As ruas estreitas e a ausência de áreas disponíveis para o estacionamento de veículos repetem na zona central muitos dos problemas da maioria das cidades europeias.

Após o 25 de Abril de 1974, com a organização das populações para a resolução dos seus problemas e ainda com a alteração do quadro político e institucional em que os orgãos do Poder Local se inscrevem é possível caminhar para a solução dos problemas da cidade.

Temos pois agora condições para o desenvolvimento de uma política local, voltada para as questões urbanas de que o Centro Histórico é um dos principais exemplos.

A Operação Barredo é uma proposta integrada para uma zona histórica degradada pela 1ª vez no Porto e mesmo em Portugal. É uma operação que se desenvolve na procura permanente dum justo equilíbrio entre as aspirações sociais, os meios técnicos, jurídicos e económicos disponíveis e os valores culturais do anti-

Fundação Cuidar o Futuro



go suporte físico.

Na situação presente o CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo renovou já: 106 habitações, 32 espaços de comércio e 4 edifícios de equipamento colectivo.

O Gabinete é chefiado por um Comissário nomeado pelo Governo Central: arqº Jorge Gigante (de 1974 até 1976), arqº Gomes Fernandes (de 1976 até 1978) engº Fernandes Ribeiro (de 1978 até 1979).

É constituído por cerca de 30 pessoas - técnicos de diferentes especialidades e possui o apoio logístico dos diferentes órgãos autárquicos: Executivo e vereação da Câmara Municipal do Porto e Juntas de Freguesia. É apoiada financeiramente através do Fundo de Fomento da Habitação. Trabalha em colaboração com duas comissões de moradores e tem como consultor o prof. arqº Viana de Lima, presidente da Comissão Instaladora do Instituto para a Salvaguarda do Património Arquitectónico.

Foi presente o trabalho desenvolvido pelo CRUARB à Bienal de S. Paulo em 1976 e numa realização do Concelho da Europa à 3ª Confrontação Europeia das Cidades Históricas em Munich em 1978

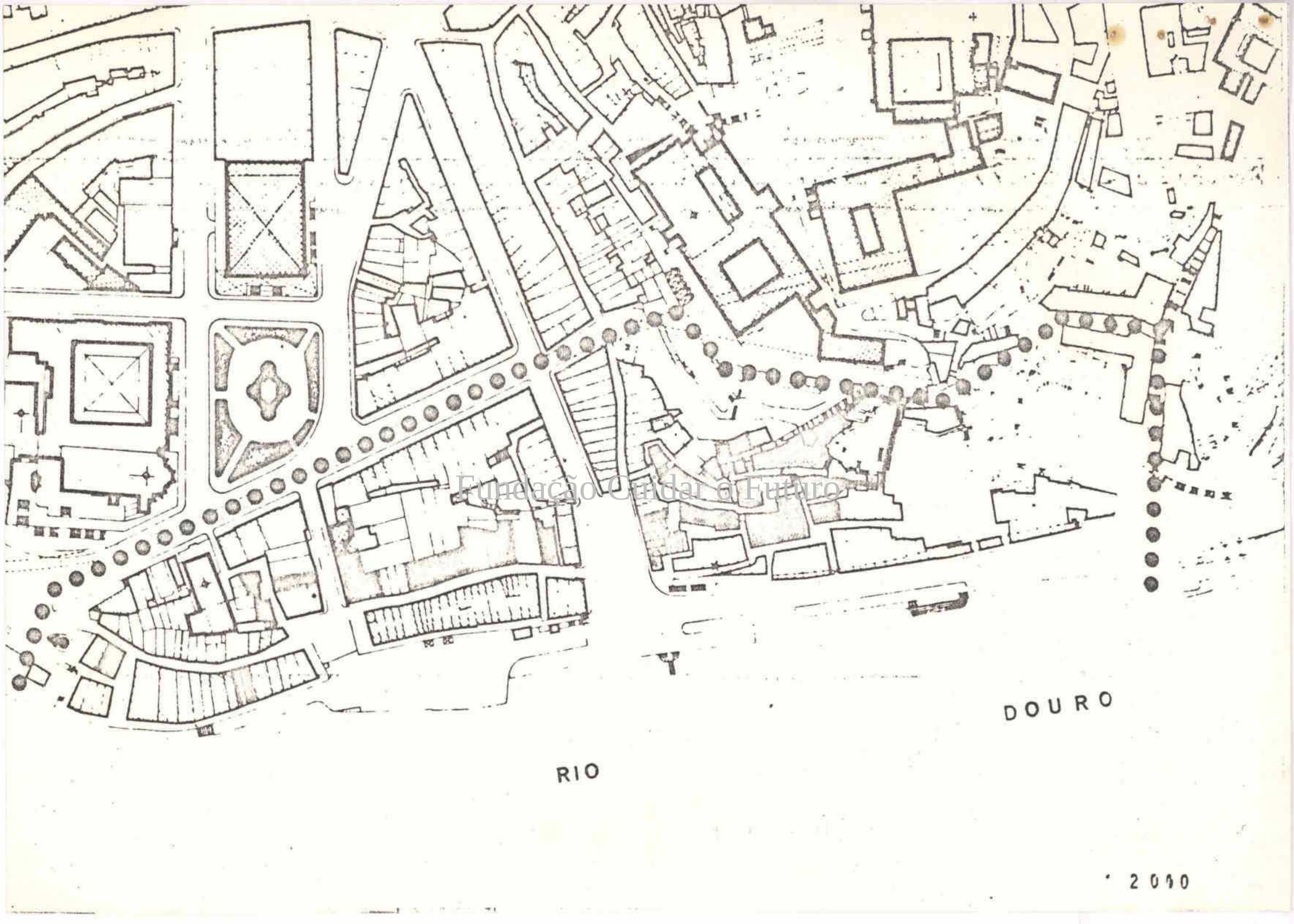
Tem sido visitada por inúmeras personilidades ligadas aos problemas de salvaguarda do património artístico e cultural.

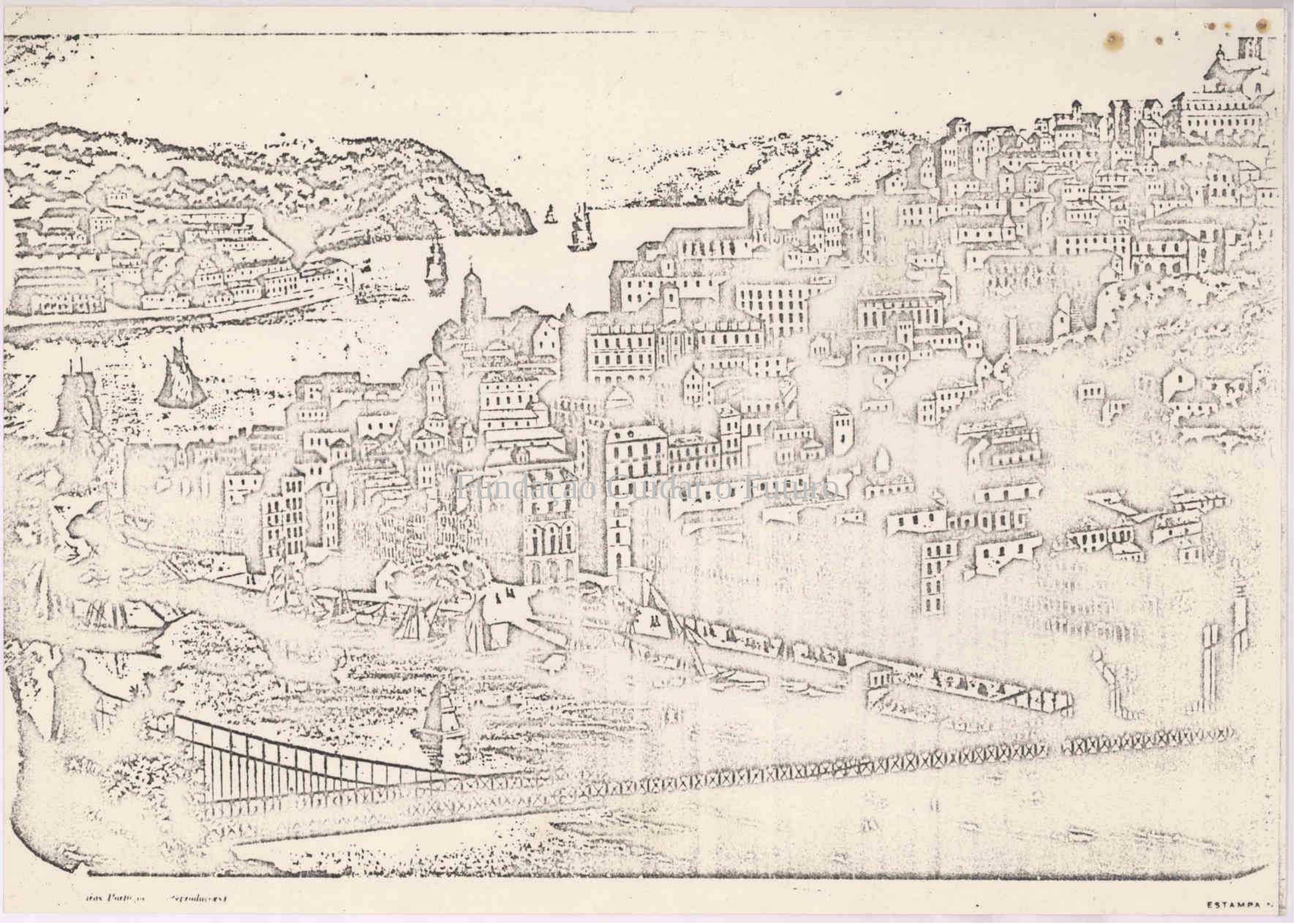
Torna-se agora necessário proceder ao alargamento da zona de intervenção às zonas vizinhas, mesmo a todo o centro histórico num processo global de ordenamento interno, garantindo-lhe o equilíbrio entre este e os novos quarteirões do aglomerado.

Outro dos objectivos é a procura de um reequilíbrio ao nível de equipamentos e de serviços colectivos, que equacionado para a zona do Barredo, só é possível concretizar numa área de maior dimensão, ela própria também altamente carenciada.

É uma questão de custos sociais e financeiros por um lado, e de caracterização de uma política de habitação e urbanismo por outro, em ambos os casos tendo bem presente o elevado valor dum património histórico e cultural que é forçoso salvaguardar.

Fundação Cuidar o Futuro


DOURO
RIO
2 0 0



Fundação Cuidar o Futuro

S TIRSO
GUIMARÃES

VIANA DO CASTELO
BRAGA

MATOSINHOS

VILA REAL

LISBOA

Fundação Calouste Gulbenkian